



PROSEL 2022 - SJPA - PROVA DE DIREITO

Data: 08/05/2022 - 13h às 13h:59min.

* Obrigatória

1. NOME *

2. CPF *

3. DATA DE NASCIMENTO

*

Insira a data (dd/MM/yyyy)



4. Sobre a ação penal pública incondicionada, é correto afirmar: *

(1 Ponto)

- A ação penal pública incondicionada é de iniciativa do Ministério Público, desde que a vítima deixe claro que deseja que o criminoso seja processado. A manifestação desse desejo da vítima não precisa de maiores formalidades.
- A ação penal pública incondicionada é de iniciativa do Ministério Público, mas a vítima pode mover a ação penal se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal. Se isso acontecer, o Ministério Público não poderá oferecer denúncia substitutiva, pois o réu só pode ser acusado uma vez por cada fato (proibição de *bis in idem*).
- A ação penal pública incondicionada é de iniciativa do Ministério Público, mas a vítima pode mover a ação penal se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal. Mesmo assim, o Ministério Público poderá oferecer denúncia substitutiva à ação penal movida pela vítima.
- A ação penal pública incondicionada é de iniciativa do Ministério Público. No entanto, a vítima poderá oferecer denúncia substitutiva à ação penal movida pelo Ministério Público,

5. Sobre os princípios gerais do processo penal, confira as seguintes colocações:

I. O sigilo é a regra no processo penal, em razão da necessidade de descoberta da verdade real.

II. A presunção de inocência não pode ser considerada um princípio do processo penal. Se todo mundo fosse presumido inocente, ninguém jamais seria processado e condenado.

III. O juiz não pode apenas dizer que concorda com os argumentos de uma das partes. Por mais rápido que isso seja, o juiz só atenderá ao princípio da motivação das decisões penais se deixar clara sua própria interpretação dos fatos e do Direito.

IV. A ampla defesa no processo penal é exercida apenas pelo advogado. O art. 103 do Código de Processo Civil, que prevê que a parte será representada em juízo por advogado com inscrição na OAB, também se aplica ao processo penal.

Assinale a opção que represente todas as colocações corretas: *

(1 Ponto)

- III
- III e IV
- I, III e IV

6. Sobre as citações no processo penal, assinale a alternativa incorreta: *

(1 Ponto)

- A citação pode ser feita pela mera publicação de edital na imprensa oficial, com afixação de cópia do edital no prédio da Justiça, quando ninguém saiba onde o réu se encontra.
- Quando se trata de réu preso, a citação deve ser pessoal, pois o Código de Processo Penal não prevê nenhuma exceção para essas situações.
- Se o oficial de justiça achar que o réu está se escondendo para não ser citado, poderá avisar a um parente ou vizinho do réu que comparecerá em dia e hora marcados na residência do réu. Feito isso, o réu será considerado citado.
- A citação será sempre pessoal, estando o réu preso ou solto, pois, pelo princípio do devido processo legal, é direito do réu ser sempre comunicado pessoalmente de que está sendo acusado pelo Estado de ter cometido um crime.

7. No dia 15 de abril de 2022, Marcos completou 12 anos de idade. Enquanto passeava com seu pai, Marcos foi atingido por um vaso de planta que caiu de um edifício. Nesse caso, Marcos pode pleitear a reparação civil dos danos sofridos até: *

(1 Ponto)

- 15 de abril de 2025
- 15 de abril de 2026
- 15 de abril de 2028
- 15 de abril de 2029

8. Julgue os itens a seguir:

I - De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome e a capacidade e os direitos de família são aquelas do país do nascimento da pessoa.

II - A emancipação voluntária do menor, por concessão de ambos os pais, será feita por instrumento público, independente de reconhecimento judicial para produzir efeitos.

III - De acordo com entendimento do STJ, a emancipação, seja ela legal, voluntária ou judicial, não exclui a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados por seus filhos menores.

Estão corretos os itens: *

(1 Ponto)

- I.
- II.
- III.
- I e II.

9. Ana vendeu um anel para Maria, garantindo se tratar de uma joia de ouro, embora soubesse que não era. Após alguns meses, Maria notou que o anel começou a descascar. Nessa hipótese,

Maria pode pleitear a anulação do negócio jurídico com fundamento em: *

(1 Ponto)

- Erro.
- Dolo.
- Lesão.
- Simulação.

10. É forma de controle externo da Administração Pública: *

(1 Ponto)

- a anulação de um ato administrativo do Poder Executivo por decisão judicial
- a anulação de um ato administrativo por órgão hierárquico superior da Administração
- o controle que chefias exercem sobre os atos de seus subordinados
- o controle exercido pela administração direta sobre a administração indireta de um mesmo Poder

11. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta: *

(1 Ponto)

- Consoante o direito positivo brasileiro, só são formalmente bens públicos aqueles de propriedade das pessoas jurídicas de direito público;
- São características dos bens públicos a imprescritibilidade, a impenhorabilidade, a não onerabilidade e a inexistência de restrições à sua alienação;
- São considerados bens públicos os bens das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública;
- O regime jurídico dos bens públicos é exclusivo de tais bens, jamais aplicando-se aos bens de pessoas administrativas de direito privado, ainda que sejam diretamente empregados na prestação de serviço público;

12. Quanto aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta: *

(1 Ponto)

- Não há qualquer liberdade de atuação ao agente administrativo para a prática de atos discricionários;
- A punição aplicada pela Administração Pública às infrações funcionais de seus servidores não decorre do Poder Disciplinar;
- A regra de que os servidores públicos têm o dever de acatar e cumprir as ordens de seus superiores é expressão do Poder Hierárquico da Administração;
- A expedição de decretos e regulamentos não é forma de exercício do Poder Regulamentar da Administração;

13. São considerados segurados obrigatórios da Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.213/91, e alterações, exceto: *

(1 Ponto)

- Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- O brasileiro militar que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil não seja membro efetivo.
- O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

14. De acordo com a Lei nº 8.213/91, não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de: *

(1 Ponto)

- Exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores urbanos.
- Exercício de atividade remunerada em período não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil.
- Atividade artística, independente do valor.
- Benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, Benefício Assistencial, cujo valor supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social

15. Com base na Lei nº 8.213/91, necessita de comprovação de dependência econômica para fins de inscrição como dependente do segurado: *

(1 Ponto)

- A companheira.
- O filho não emancipado menor de 21 anos.
- O enteado.
- O cônjuge.

16. Acerca dos Benefícios Previdenciários previstos na Lei 8.213/1991 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema, marque a alternativa correta: *

(1 Ponto)

- Nos casos de aposentadoria por invalidez em que o segurado necessite de assistência permanente de outra pessoa, o valor do benefício previdenciário não pode ser superior ao limite máximo do salário-de- contribuição na data inicial do benefício.
- É possível a reafirmação da Data de Entrada do Requerimento para o momento em que implementados os requisitos para a concessão do benefício, mesmo que isso se dê no interstício entre o ajuizamento da ação e a entrega da prestação jurisdicional nas instâncias ordinárias, observada a causa de pedir.
- É inconstitucional a previsão legal de presunção de vínculo entre a incapacidade do segurado e suas atividades profissionais quando constatada pela Previdência Social a presença do nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo.
- Não é possível receber o benefício por incapacidade temporária ou permanente, ainda que concedido judicialmente, se referido período coincidir com àquele em que o segurado

17. Acerca do Benefício de Pensão Por Morte, considerando a legislação previdenciária, assinale a alternativa correta. *

(1 Ponto)

- Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os casos de crime tentado, absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social será equivalente a uma cota familiar de 60% (sessenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 12 (doze) meses de ausência, será concedida pensão definitiva, na forma da Lei.
- Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da

18. De acordo com a jurisprudência consolidada do STF, são requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada ao idoso (LOAS) previsto na Lei 8.742/1993 *

(1 Ponto)

- Idade de 65 anos, renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo
- (Possuir a qualidade de segurado do RGPS, idade de 65 anos, renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo
- Idade de 65 anos, renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo
- Idade de 60 anos, incapacidade para o exercício de atividades laborais

19. Compete aos juízes federais processar e julgar, EXCETO: *

(1 Ponto)

- Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, bem como os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômica, nos casos determinados por lei.
- O litígio entre Estado Estrangeiro ou organismo internacional e a União.
- As causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.
- As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município

20. Sobre o Sistema Tributário Nacional, considere as seguintes assertivas:

I – Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, mas

os temas da prescrição e decadência tributários podem ser disciplinados por meio de lei ordinária.

II – As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

III – É constitucional a edição, por Estado-membro da Federação, de lei complementar

instituidora de empréstimo compulsório destinado a atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

IV – Compete à União instituir imposto sobre a propriedade territorial rural e, aos Municípios,

imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

É CORRETO apenas o que se afirma em: *

(1 Ponto)

- I, III e IV
- I, II e IV
- II e III
- II e IV

21. A Constituição Federal, em seu Título VI, Capítulo I, Seção II, dispõe sobre as limitações

ao poder de tributar, consagrando diversos princípios e regras relacionados a essas

limitações. Levando em consideração a disciplina constitucional da matéria, bem

como a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal às normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA *

(1 Ponto)

- Lei publicada em 31 de dezembro, que majore o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, não poderá gerar efeitos a partir do dia seguinte, em razão da necessidade de observância cumulativa dos princípios da anterioridade do exercício financeiro e da anterioridade nonagesimal
- Sujeita-se ao princípio da anterioridade do exercício financeiro a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária.
- O princípio da legalidade ou reserva legal contempla exceções quanto à majoração de tributos, a exemplo da alteração de alíquotas dos impostos sobre produtos industrializados (IPI) e sobre operações financeiras (IOF), que pode ser feita por ato do

22. Sobre o Código de Processo Civil, no que tange à estrita observância à ordem cronológica de conclusão para evitar a protelação de processos mais complexos ou mais inusitados. É correto afirmar, EXCETO: *

(1 Ponto)

- Exclui-se da regra o julgamento de agravo interno
- Exclui-se da regra as metas estabelecidas pelo CNJ
- Exclui-se da regra as sentenças extintivas sem julgamento do mérito
- Exclui-se da regra a causa que exija urgência, assim reconhecida por decisão fundamentada

23. Segundo o Código de Processo Civil, cotejando dois ou mais processos, é correto afirmar que: *

(1 Ponto)

- A continência caracteriza-se quando houver identidade das partes, da causa de pedir, mas o valor da causa de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- A conexão caracteriza-se quando forem comum o pedido e causa de pedir
- Na conexão, caberá ao juiz prevento citar as partes
- A distribuição do recurso ordinário torna prevento o juiz

24. Segundo o CPC, nas ações que tramitam em segredo de justiça, podemos afirmar:

*

(1 Ponto)

- Os dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade não estão sujeitos ao segredo de justiça quando as partes forem maiores de idade e capazes civilmente
- O terceiro quando demonstrado o interesse jurídico poderá requerer ao juiz certidão da parte dispositiva da sentença de mérito.
- Os procuradores das partes não têm o direito de consultar processos que tramitam em segredo de justiça quando versarem sobre arbitragem
- Nas ações em que a parte for estrangeiro residente no Brasil, não se exige-se que todos os atos e termos do processo utilizem a língua portuguesa.

25. Sobre a Seguridade Social é correto afirmar, EXCETO: *

(1 Ponto)

- Contempla o segurado facultativo
- Contempla o segurado especial como o pescador artesanal
- Contempla a aposentadoria programada
- Excluem-se da Seguridade Social os benefícios não-programáveis

26. Cotejando o plano de proteção social do trabalhador urbano e do trabalhador rural, podemos afirmar: *

(1 Ponto) **ANULADA**

- Contemplam o salário-maternidade
- Na aposentadoria por idade, exige-se a mesma idade mínima para homens
- Não contemplam o auxílio-reclusão
- Apresentam o mesmo valor do benefício mínimo

27. Segundo o Plano de Benefícios da Previdência Social, não são consideradas como doença do trabalho, EXCETO: *

(1 Ponto)

- A doença degenerativa;
- A inerente a grupo etário;
- A doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
- Rinite adquirida em função do trabalho

28. Podemos afirmar que a Lei poderá autorizar que causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando: *

(1 Ponto)

- A comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.
- O segurado for pessoa física
- O segurado for servidor público
- A comarca do domicílio não for sede do INSS

29. Sobre a readaptação do servidor público, podemos afirmar que: *

(1 Ponto)

- Ocorrerá para exercício de função comissionada e/ou gratificada cujas atribuições sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido
- O servidor readaptado mantém a remuneração do cargo de origem
- Não exige habilitação e o nível de escolaridade para o cargo de destino
- O instituto da readaptação foi extinto pela Emenda Constitucional 103/2019

30. Após a EC 103/2019, nas acumulações de pensão decorrentes de atividades militares com aposentadoria do Regime Geral de Previdência, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas: *

(1 Ponto)

- 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;
- 30% (trinta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;
- 15% (quinze por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e
- 5% (cinco por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

31. Conforme Emenda Constitucional nº 103 de 12 dezembro de 2019, quanto ao Regime Próprio de Previdência, é correto afirmar que:

*

(1 Ponto)

- Os servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e não solidário mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- Os servidores titulares de cargos efetivos e comissionados terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- Os servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- Os servidores titulares de cargos efetivos e contratados terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro

32. Nos termos da Emenda Constitucional nº 103 de 12 dezembro de 2019, para fins de aposentadoria é assegurado: *

(1 Ponto)

- A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
- A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
- A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, sem necessidade de compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.
- Que o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, poderão entre si, fazer contagem recíproca do tempo de contribuição, mediante

33. Marque a assertiva correta, com relação ao regime próprio de previdência social dos servidores civis titulares de cargos efetivos, considerando a inexistência de direito adquirido.

*

(1 Ponto)

- No regime próprio de previdência social dos servidores civis titulares de cargos efetivos, não poderá haver proventos de aposentadoria inferiores ao salário mínimo nem superiores à remuneração máxima existente no serviço público.
- As regras para o cálculo de proventos de aposentadoria no regime próprio de previdência social são estabelecidas em lei ordinária da União.
- Após a Emenda Constitucional n.º 103/2019, extinguiu-se a possibilidade de percepção do abono de permanência.
- O servidor público civil aposentado compulsoriamente tem direito à percepção de

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.

 Microsoft Forms